



Relatório de Gestão e Contas 2011

Lisboa, Março 2012

Índice

Mensagem do Bastonário	3
I – Enquadramento Macroeconómico	5
II – Actividades Desenvolvidas	7
III – Caracterização da Ordem	14
IV – Análise da Situação Económica e Financeira	16
V – Resultado do Exercício	19
Demonstrações Financeiras	20
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	23



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature, the number '2', and other scribbles.

Mensagem do Bastonário

Completo-se o primeiro ano desta Direcção à frente dos destinos da Ordem dos Economistas. Como é fácil supor, o exercício de 2011 foi um ano de muito trabalho, muito esforço, vivendo uma conjuntura económica difícil mas com resultados muito satisfatórios, quer pelas iniciativas levadas a cabo, quer pelos resultados que agora apresentamos.

Na verdade, apraz-me registar em primeiro lugar o trabalho motivado e solidário da Direcção a que presido, dos restantes órgãos sociais bem como o desempenho profissional da Secretária-Geral e do restante pessoal que permitiram realizar tantas iniciativas ao longo do ano, maioritariamente concretizadas sem necessidade de serviços externos.

Entre as várias actividades desenvolvidas, quero realçar a realização do 4º Congresso Nacional de Economistas, em Outubro último, e da habitual Conferência Anual da Ordem dos Economistas sobre o Orçamento de Estado, em Novembro do último ano.

Ambas as iniciativas tiveram a presença de muitos Membros que puderam durante esses dias ouvir alguns dos melhores e mais reputados economistas e gestores portugueses debatendo temas como Portugal 2020, que foi assunto de base das várias intervenções no Congresso ou o Orçamento de Estado para 2012.

Mas, não menos importante foi todo um ciclo de conferências que se passaram na Sede e que repuseram a boa tradição da frequência regular da Ordem pelos seus Membros.

Iniciou-se, igualmente, um ciclo de parcerias com outras instituições, como com a sociedade de advogados Garrigues & Associados, com a APAF (Associação Portuguesa dos Analistas Financeiros) e com o Instituto Português de Corporate Governance, que propiciaram a realização de eventos vários, sempre de interesse para os nossos Membros, e que têm tido o mérito de alargar a base de interessados nestas iniciativas.

Instituiu-se, com o apoio do BES (Banco Espírito Santo), o Prémio Excelência do Jornalismo Económico com o intuito de distinguir e premiar jornalistas que dediquem a sua actividade à análise especializada das questões da economia, das finanças e das empresas.

Em termos internacionais, continuou-se a tentar desenvolver relações com os Países de Língua Portuguesa e instituiu-se uma relação permanente de trabalho com a homóloga da Ordem dos Economistas em Espanha, o Colégio de Economistas, permitindo intercâmbio de ideias e iniciativas, preparando-se desde já o primeiro Congresso Ibérico de Economistas a decorrer em Madrid no primeiro trimestre de 2013.

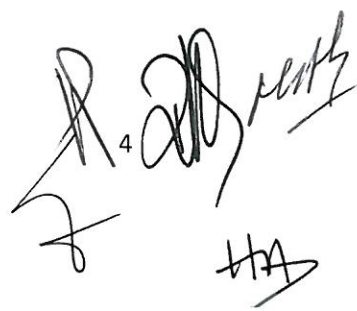
Handwritten signature and initials in black ink, located at the bottom right of the page. The signature appears to be 'R. Alves' followed by a large flourish, and there are other initials 'HA' at the bottom right.

Lançaram-se, igualmente, as bases para a concretização em 2012 de uma Bolsa de Emprego, de um Manual de Conduta e de benefícios de ordem social para os Membros.

A Direcção geriu a Ordem, ao longo de 2011, com espírito de contenção e rigor, o que permitiu apresentar um resultado do exercício muito confortável como poderão analisar nas contas apresentadas, se bem que é conveniente recordar que o ano agora findo foi ano da realização do Congresso, facto que nos permitiu obter receitas extraordinárias.

Estamos no limiar de 2012 e esperamos poder e saber dirigir a Ordem como no ano passado e contar com o empenho do pessoal ao serviço da Ordem, com o interesse e talento dos vários Membros dos Órgãos Sociais e com a presença crescente dos Membros nas nossas actividades e iniciativas.

Rui Leão Martinho

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page. There are several distinct signatures, including one that appears to be 'R. Leão Martinho' and others that are more stylized or abbreviated. The ink is black and the handwriting is cursive.

I – Enquadramento Macroeconómico

O ano de 2011 foi essencialmente pautado pelo abrandamento do ritmo de expansão da economia mundial, após a forte recuperação verificada em 2010. Segundo o FMI, a economia global terá crescido 3,8% em 2011, comparativamente a uma progressão de 5,2% no ano anterior, tendo o crescimento sido mais acentuado nas economias ditas emergentes e mais moderado na generalidade das economias avançadas.

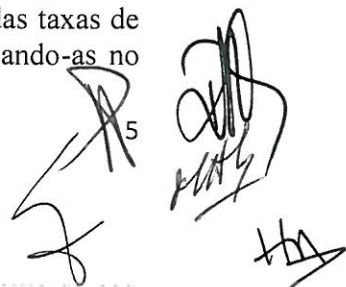
Neste contexto, as economias avançadas registaram em 2011 um forte abrandamento no crescimento em relação ao verificado em 2010, o qual terá passado, de acordo com o FMI, de um crescimento de 3,2% em 2010 para 1,6% em 2011. As economias emergentes e em desenvolvimento continuam a liderar o crescimento, apresentando uma dinâmica mais forte que as desenvolvidas, o que tem contribuído para o aumento do seu peso na economia mundial. Esta dinâmica tem vindo nomeadamente a potenciar o preço das matérias-primas a nível global. Adicionalmente, estas economias mantêm amplo espaço de manobra ao nível monetário e fiscal, o que permite compensar um eventual abrandamento da actividade das economias desenvolvidas.

A economia norte-americana perdeu alguma tracção, com o crescimento a desacelerar de cerca de 3% em 2010 para 1,8% em 2011. A China terá registado um abrandamento do crescimento em 2011, de 10,4% para 9,2%, o qual esteve relacionado com a envolvente externa, que está a afectar o comportamento das exportações.

A Zona Euro teve um ano marcado por grande volatilidade dos mercados financeiros e riscos crescentes à estabilidade financeira. Os custos de financiamento dos Estados soberanos e dos bancos aumentaram num número crescente de países e a instabilidade propagou-se, por contágio, a países que até então tinham permanecido relativamente imunes, como a Itália e a Espanha. Após um primeiro trimestre relativamente sólido, a actividade económica desacelerou na segunda metade do ano, tendo a Zona Euro, no seu conjunto, registado um crescimento de 1,6% em 2011, após o crescimento de 1,9% em 2010. A divergência de crescimento entre os vários países europeus acentuou-se em 2011, com alguns países a operarem a níveis próximos dos registados antes da crise (Alemanha, Polónia, Holanda, Suécia, entre outros), e outros a níveis marcadamente inferiores, onde se incluem países como Grécia, Irlanda, Portugal, Itália e Espanha.

O Banco Central Europeu (BCE) iniciou no 1º semestre a normalização das condições monetárias, após as medidas excepcionais tomadas na sequência da crise financeira de 2008/09. Assim, o BCE procedeu à subida das taxas de juro directoras em Abril, de 1% para 1,25%, e em Julho procedeu a um novo aumento para 1,50%. Paralelamente, o BCE prosseguiu no 3º trimestre, e no contexto da crise da dívida soberana, o programa de compra (em mercado secundário) de dívida de países da Zona Euro com dificuldades de financiamento.

O agravamento da instabilidade dos mercados financeiros durante os meses de Verão conduziu o BCE a inverter as subidas anteriores, tendo procedido ao corte das taxas de juro em 50 pontos base (25 pontos em Novembro e em Dezembro), colocando-as no



mesmo nível do início do ano, e ao anúncio de novas medidas, que incluíram cedências de liquidez em quantidade ilimitada pelo prazo de 3 anos (LTRO), a primeira das quais realizada em finais de Dezembro de 2011 (que envolveu a cedência de cerca de 489 mil milhões de euros a 523 instituições na Zona Euro).

A economia portuguesa foi condicionada pelo cumprimento das metas acordadas no plano de financiamento com a UE, o BCE e o FMI, e que pressupõe um processo de ajustamento que se caracteriza pela conjugação da consolidação orçamental e da desalavancagem do sector privado. A sua concretização será particularmente exigente, não só porque decorre num enquadramento económico e financeiro internacional adverso, mas também pela persistência de um conjunto de fragilidades estruturais que contribuem para um baixo crescimento da produtividade em Portugal.

A conjuntura nacional caracterizou-se pela continuação do agravamento das condições económicas, que se verifica desde a segunda metade de 2010. Este agravamento é visível na evolução do PIB, que terá registado uma queda de -1,5% em 2011. A redução da variação anual do produto deveu-se a uma redução acentuada do investimento e das despesas de consumo final das famílias. Associado à queda do consumo, verificou-se uma diminuição das importações de bens e serviços, enquanto as exportações mantiveram um ritmo elevado de crescimento, o que se reflectiu num contributo positivo da procura externa líquida. A taxa de desemprego estimada para o quarto trimestre situou-se em 14%.

O desempenho económico em Portugal acentuou o diferencial negativo para o crescimento da zona Euro, que se deverá intensificar nos próximos anos, no contexto do processo de correcção de desequilíbrios da economia portuguesa. Nos últimos 10 anos, o PIB em Portugal registou taxas de crescimento bastante reduzidas, que têm acentuado a divergência face à média dos países da Zona Euro, sendo estas acompanhadas por taxas de poupança historicamente baixas e por um aumento do endividamento da economia.

As condições de financiamento da economia portuguesa deterioraram-se marcadamente, com a crescente diferenciação do risco soberano na Zona Euro, a qual conduziu a fortes tensões nos mercados financeiros e à restrição no acesso do sistema financeiro português a esses mercados. Esta situação traduziu-se na subida das taxas de rendibilidade das obrigações do tesouro para níveis insustentáveis.

A política orçamental foi condicionada pelos objectivos de redução do défice orçamental e, posteriormente, pela trajectória de ajustamento definida no Programa de Assistência Económica e Financeira. O défice público para 2011 ter-se-á situado em 4% do PIB, se bem que o défice subjacente, excluindo as medidas de carácter pontual, se teria situado próximo de 7% do PIB.

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page. There are several distinct marks, including what appears to be a large 'A' or 'R' signature, a smaller signature, and some initials like 'HA'.

II – Actividades Desenvolvidas

No âmbito das linhas programáticas da Direcção para o mandato 2011/2013, assim como do Plano de Actividades para 2011, a Ordem levou a efeito um conjunto de iniciativas, das quais destacamos:

1. Reforço da prestação de serviços aos Associados e incremento dos benefícios e parcerias

Procedeu-se à negociação/renegociação de 96 Protocolos, do que resultou a disponibilização aos Associados de um maior número de bens e de serviços e de melhores vantagens na aquisição dos mesmos.

Em 2011 o número de Protocolos em vigor aumentou para 410, abrangendo diversas áreas, com destaque para as da saúde, turismo e lazer, transportes, ensino, aquisição de livros escolares, etc.

O “Guia dos Protocolos” actualizado encontra-se disponível no site da Ordem.

2. Bolsa de Emprego, Primeiro Emprego e Estágios

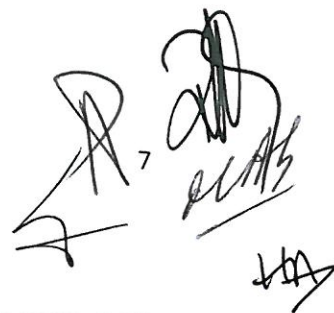
Foi melhorada a funcionalidade relativa à “Bolsa de Emprego”, disponível na área reservada do site, com o objectivo de permitir uma maior e melhor informação sobre oferta/procura de emprego.

No decurso de 2012 a Ordem irá desenvolver contactos com empresas de recrutamento de pessoal, tendo como finalidade a entrada em pleno funcionamento da “Bolsa de Emprego”.

3. Aproximação às Universidades e fortalecimento do relacionamento com as Associações Estudantis

No decurso de 2011 foram estabelecidos acordos com Universidades, visando a obtenção de melhores condições para os Membros na frequência de acções de formação, fomentando-se, deste modo, a formação ao longo da vida.

Estreitou-se o relacionamento com a AIESEC – Associação Internacional dos Estudantes de Economia, cujas reuniões do respectivo Conselho Consultivo, de que faz parte o nosso Bastonário, passaram a ter lugar na Sede da Ordem.



4. Aprofundamento e cooperação com outras Instituições e Entidades nacionais e internacionais

4.1 Em parceria com a Ordem dos Engenheiros, o Fórum de Administradores de Empresas, o Projecto Farol e a CIP, teve início em 2011 o projecto designado por “Portugal: Missão Crescimento”, que consistirá num contributo da sociedade civil para a concretização do crescimento económico do país na presente década.

Este estudo, que inclui medidas concretas e um observatório que regularmente acompanhará a implementação daquelas, será divulgado publicamente no final de Março de 2012 e os Membros da Ordem terão acesso a esse trabalho através do site.

4.2 A Ordem dos Economistas tem mantido contacto com o Colégio dos Economistas de Espanha, tendo como objectivo a realização de iniciativas comuns a desenvolver em 2012, que culminarão com a realização do Congresso Ibérico dos Economistas.

4.3 No exercício de 2011, o Bastonário deslocou-se a Vigo a convite do Presidente da Delegação Regional da Galiza do Colégio de Economistas de Espanha onde, juntamente com o Colega Mário Abreu, foi dada uma conferência sobre a Economia Portuguesa.

4.4 Em 2011 a Ordem manteve a participação regular nas reuniões do CNOP – Conselho Nacional das Ordens Profissionais.

5. Networking

5.1 Foram levadas a efeito algumas iniciativas com vista ao incentivo e promoção de comunidades de empreendedorismo e de inovação cuja concretização deverá ocorrer em 2012.

5.2 Com o patrocínio do Grupo BES, a Ordem atribuiu pela primeira vez em 2011 o “Prémio Jornalismo Económico”, tendo o júri, composto pelos Colegas Jacinto Nunes, Miguel Beleza, Fernando Teixeira dos Santos, João Salgueiro e pelo Bastonário, atribuído o prémio do ano à jornalista Cristina Ferreira pelo trabalho de investigação na área económica desenvolvido ao longo de anos no jornal Público.

6. Elaboração e aprovação do Manual de Ética e de Conduta

Foi iniciado o trabalho de definição dos princípios de Ética e de Conduta que deverão nortear as actividades profissionais dos Economistas, prevendo-se a sua conclusão até ao final do primeiro trimestre de 2012.

The block contains several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there is a large, stylized signature that appears to be 'R' with a subscript '8'. To its right is another large, cursive signature. Below these, there are smaller initials, including 'HA' at the bottom right.

7. Novos Colégios da Especialidade

Foram constituídas em 2011 as Comissões Instaladoras dos novos Colégios da Especialidade de Auditoria e de Analistas Financeiros, estando prevista para o início de 2012 a aprovação dos respectivos regulamentos.

8. Prossecução do processo de Regionalização da Ordem

Foi reforçado o apoio às iniciativas das Delegações Regionais, nomeadamente através da participação do Bastonário em actividades locais (Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Funchal).

9. Modernização dos Serviços da Ordem

Prosseguiu-se o trabalho de modernização dos Serviços da Ordem, no sentido de se atingir uma maior eficiência dos Serviços prestados aos Membros, a par de uma acentuada redução dos custos.

10. Publicações

Procedeu-se à reformulação da “Carta Informativa”, que passou a estar disponível em formato electrónico cada final de trimestre.

Manteve-se a oferta de uma assinatura anual dos Cadernos de Economia aos novos Membros da Ordem e prosseguiram as negociações com o objectivo de tornar economicamente viável a distribuição dos “Cadernos de Economia” a todos os Membros, conforme objectivo da Direcção.

11. Participação em debates televisivos e programas de divulgação económica

Foi reforçada a colaboração regular com o canal de televisão Etv, através da participação semanal do Bastonário em diversos programas, bem como de Membros da Direcção e da Ordem no programa “Comissão Executiva”.

No âmbito do Protocolo entre a Ordem dos Economistas e a RTP2, manteve-se a participação de Membros da Ordem no programa “Sociedade Civil”.

De registar, ainda, a participação ao longo do ano, nomeadamente do Bastonário, em diversos meios de comunicação.

Handwritten signatures and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. There are three distinct marks: a large signature on the left, a smaller signature in the middle, and the initials 'HA' on the right.

12. Eventos

4º Congresso Nacional dos Economistas

O 4º Congresso Nacional dos Economistas decorreu em Lisboa, em instalações gentilmente cedidas pelo ISCTE, de 19 a 21 de Outubro, e constituiu o principal evento realizado em 2011.

A Comissão de Honra do Congresso foi presidida pelo Senhor Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, e a cerimónia de encerramento contou com a participação do Senhor Primeiro Ministro, Pedro Passos Coelho. De realçar, também, as participações do Senhor Governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, e do Senhor Ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira.

Tendo como tema central “Portugal 2020: o nosso país no contexto global”, o Congresso contou com a participação de reputados Economistas e especialistas de outras áreas, que debateram diferentes perspectivas, quer do ponto de vista micro quer macro económico.

Os subtemas abordados nos três dias de Congresso e respectivos oradores foram:

- **“A Economia Portuguesa – Os Macro Desígnios para Portugal 2020 no Contexto Mundial”**, com a participação de Félix Ribeiro, João Salgueiro, Miguel Beza e Vítor Bento e a moderação de Paulo Ferreira;

- **“Government versus Markets – A contemporary and historical perspective”**, por Vito Tanzi;

“As Empresas e o Futuro”, com a participação dos oradores António Mexia, José Honório, José Maria Ricciardi e Paulo Pereira da Silva e a moderação de Luís Sítima;

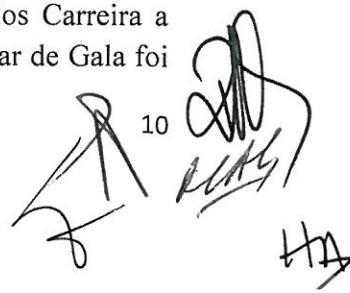
- **“O Estado: Concorrência, Contexto, Fiscalidade e Inovação”**, tendo como oradores Carlos Moreira da Silva, Francisco Maria Balsemão, João Trigo da Roza e Luis Reis e como moderador Paulo Magalhães;

- **“O novo Governo Económico da Europa”** por Diogo Feio;

- **“Países de Língua Portuguesa: Desenvolvimento Económico, Relações e Parcerias”** com os oradores Fátima Fialho, Judite Correia, Luís Mira Amaral e moderador Francisco Murteira Nabo;

- **“Evolução Recente e Perspectivas Futuras das Relações Económicas entre os Países de Língua Oficial Portuguesa”**, tendo como oradores Jorge Braga de Macedo e Manuel Ennes Ferreira e como moderador Hélder de Oliveira;

Na cerimónia de abertura do Congresso teve lugar a entrega dos Prémios Carreira a António de Almeida, Francisco Murteira Nabo e Norberto Pilar, e no Jantar de Gala foi



10

HA

entregue o primeiro “Prémio de Jornalismo Económico” à jornalista Cristina Ferreira, como atrás foi referido.

Assinale-se que embora numa situação conjuntural desfavorável, foram reunidos apoios e patrocínios que permitiram realizar o Congresso com resultados positivos.

7ª Conferência Anual da Ordem dos Economistas

A Ordem realizou, no dia 22 de Novembro, no Auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian, a sua 7ª Conferência Anual, dedicada à análise do Orçamento do Estado para 2012, cuja estrutura assentou em dois painéis temáticos com os seguintes oradores e moderadores convidados:

- 1º Painel: “Orçamento do Estado para 2012”, com os oradores Adriano Pimpão, Álvaro Nascimento, Carlos Costa Pina, Luis Morais Sarmiento e Norberto Rosa e como moderadora Alda Martins.
- 2º Painel: “Política Fiscal e Crescimento”, com a participação dos oradores Carlos Loureiro, João Duque, Manuela Ferreira Leite e Paulo Nuncio, estando a moderação a cargo de Miguel Coutinho.

Semana Novos Economistas

Reeditou-se em 2011, no período de 9 a 24 de Maio, a “Semana Novos Economistas”, evento dirigido a estudantes de economia e de gestão, que foi constituído por um ciclo de conferências sobre o tema “Competências para Carreiras de Sucesso”.

As conferências tiveram lugar nas principais Escolas de Economia e de Gestão de Lisboa, Porto e Madeira (ISEG, FE UNL, ISCTE, FEP e Universidade da Madeira) e o modelo de cada uma destas conferências, idêntico ao de anos anteriores, consistiu na participação de oradores ligados às áreas de recrutamento e gestão de recursos humanos, os quais no final das apresentações estabeleceram o diálogo com a assistência.

Em Lisboa, este evento, contou com a participação da AIESEC.

Fim de Tarde na Ordem

No sentido de motivar os nossos Membros a frequentar a Sede da Ordem, foi promovida a realização mensal de reuniões/debates temáticos, designados por “Fim de Tarde na Ordem”, com a participação de figuras de relevo na área económica.

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page. There are three distinct signatures: one on the left, one in the middle, and one on the right. The middle signature has the number '11' written next to it. The initials 'HA' are written at the bottom right.

Assim, em 2011 os “Fim de Tarde na Ordem”, contaram com os seguintes oradores, que abordaram os temas também indicados:

- Henrique Medina Carreira, “A Decadência do Ocidente”
- Jaime Quesado, “Inteligência Competitiva: uma solução estratégica”
- Luciano Amaral, “Economia Portuguesa: as últimas décadas”
- Pedro Fontes Falcão, “E agora Portugueses? Uma perspectiva sobre decisão e irracionalidade”
- Rui Vinhas da Silva, “Os novos desafios da Economia Global”
- Tiago Pitta e Cunha, “O Mar: mais do que um recurso económico apenas, um projecto para Portugal”.

Ciclo de Conferências “Portugal 2020”

Numa perspectiva de antevisão do desenvolvimento da economia nos próximos 10 anos e no âmbito do tema central do 4º Congresso Nacional dos Economistas, realizou-se o ciclo de Conferências “Portugal 2020” como segue:

- “Portugal: O Euro, O FMI e o FEEF”

Com a participação de António Pires de Lima, Cristina Casalinho, António Ramalho e Joaquim Luíz Gomes e a moderação do jornalista Paulo Ferreira.

- “Portugal: O Estado Social e a Economia Social”

Com a participação dos oradores Fernando Ribeiro Mendes, Manuela Silva e Margarida Corrêa Aguiar e a moderação do jornalista Paulo Ferreira

Conferência “A Verdade sobre o FMI e Portugal”

Esta Conferência, realizada em Setembro, contou com uma apresentação de Teresa Ter-Minassian, a que se seguiu um debate moderado pelo jornalista Paulo Ferreira, e com a participação, para além da oradora, de Jacinto Nunes, João Amaral Tomaz, José Silva Lopes e Miguel Beleza

O Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro, Carlos Moedas, fez a intervenção de encerramento da Conferência.

Handwritten signatures and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. There are several distinct signatures, including one that appears to be 'J. Pires de Lima' and another that looks like 'C. Casalinho'. There are also some initials and a date '12' visible.

Ciclo de Conferências sobre “Corporate Governance”

Numa parceria OE/APAF/IPCG, realizou-se em Outubro a primeira Conferência deste ciclo, tendo como tema “As Boas Práticas nos Mercados Financeiros”.

Foram oradores António Seladas e João Cantiga Esteves.

Conferência “A China – Uma perspectiva Económica, Legal e Fiscal do Investimento na Segunda Maior Economia do Mundo”

A Ordem dos Economistas e a sociedade de advogados Garrigues & Associados realizaram uma Conferência subordinada ao tema “A China – Uma perspectiva Económica, Legal e Fiscal do Investimento na Segunda Maior Economia do Mundo”, que contou com a participação dos oradores Quinglei Dai, João Paulo Teixeira de Matos, Francisco Soler, Paulo Nuncio e João Salgado e com Fernanda Ilhéu como moderadora.

Contactos com outras Instituições

Foram desenvolvidos ao longo do ano diversos contactos com instituições (sociedades de advogados, sociedades de auditoria, Banco de Portugal, etc.), tendo como objectivo a realização de actividades conjuntas no próximo ano.



13

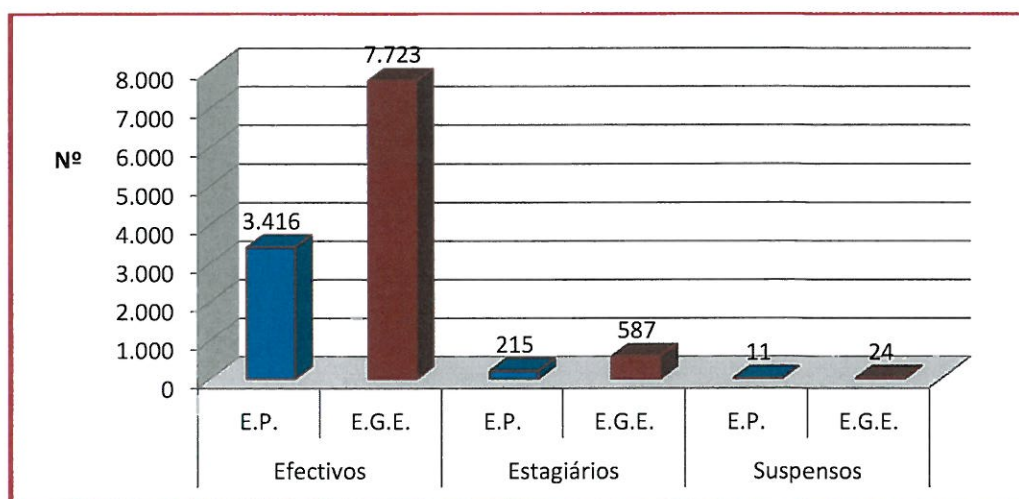
III – Caracterização da Ordem

1. Membros

Em 31 de Dezembro de 2011 o número de Membros inscritos na Ordem era de 11.976, dos quais 8.334 no Colégio da Especialidade de Economia e Gestão Empresariais e 3.642 no Colégio da Especialidade de Economia e Política.

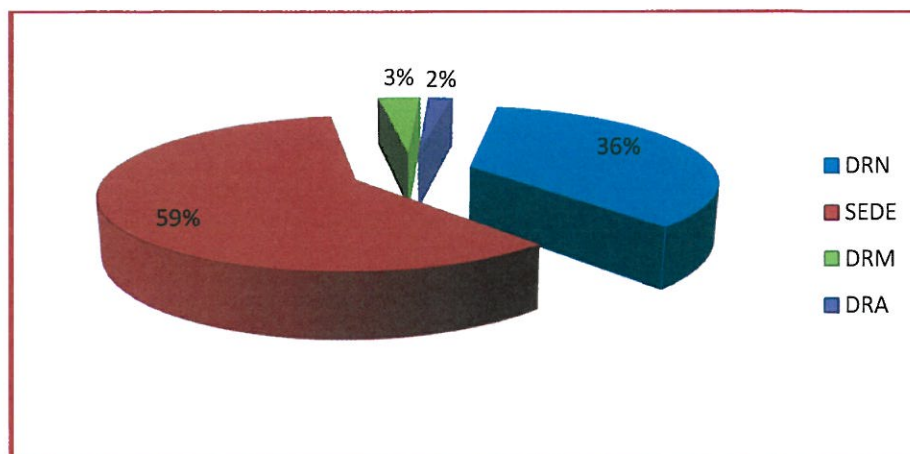
A distribuição dos Membros por “Colégio da Especialidade”, “Grandes Áreas Geográficas”, e “Faixa Etária” pode ser observada nos gráficos a seguir.

Distribuição dos Membros por Situação e Colégio da Especialidade



Da análise da distribuição dos Membros por grandes áreas geográficas salienta-se a Sede com 59% e a Delegação Regional do Norte com 36% do total.

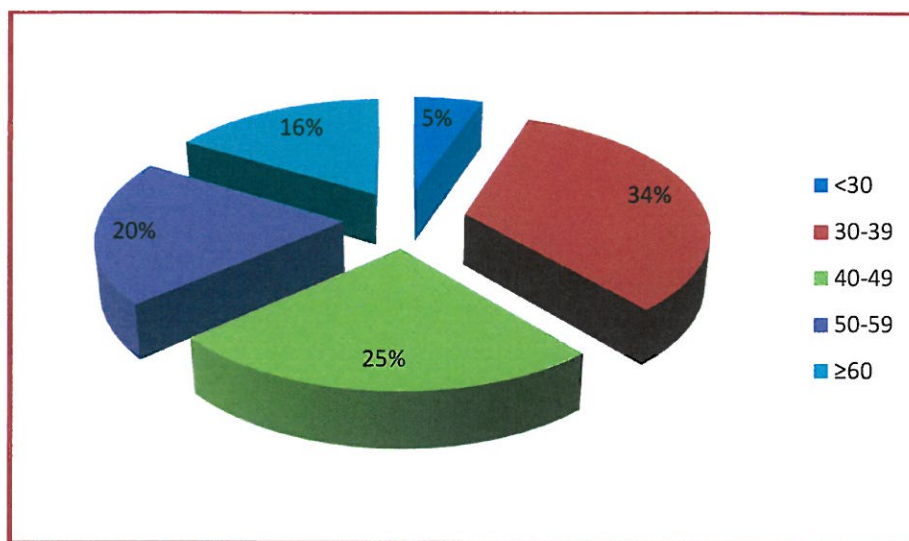
Distribuição dos Membros por Grandes Áreas Geográficas (Sede + Delegações)



14

HA

Distribuição dos Membros por Faixa Etária



Em 2011 procedeu-se à regularização da situação dos Membros com quotas em atraso, nomeadamente nos casos:

- Membros Efectivos que pagaram a inscrição mas nunca pagaram a quota
- Estagiários com pagamento de quotas em atraso há mais de dois anos

Desta regularização resultou a anulação de 544 inscrições.

15

Handwritten signatures and initials, including a large signature on the right and several smaller ones below and to the left.

IV – Análise da Situação Económica e Financeira

1. Situação Económica

A evolução da situação económica da Ordem encontra-se reflectida no quadro seguinte:

(Em euros)				
	2011 (a)	2010 (b)	Varição (a)-(b)	%
GASTOS				
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	505.545,73	636.972,67	-131.426,94	-20,63
GASTOS COM O PESSOAL	372.603,01	371.708,77	894,24	0,24
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	56.636,69	55.528,27	1.108,42	2,00
PERDAS POR IMPARIDADE	94.249,96	140.189,01	-45.939,05	-32,77
OUTROS GASTOS E PERDAS	67.749,35	24.917,83	42.831,52	171,89
TOTAL DE GASTOS	1.096.784,74	1.229.316,55	-132.531,81	-10,78
RENDIMENTOS				
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS				
Quotas	940.581,50	984.858,46	-44.276,96	-4,50
Jóias	5.237,50	7.974,94	-2.737,44	-34,33
Inscrições em Eventos	28.632,00	16.730,00	11.902,00	71,14
Outros Proveitos	410,82	4.744,31	-4.333,49	-91,34
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	159.105,84	188.447,40	-29.341,56	-15,57
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	3.061,27	11.130,06	-8.068,79	-72,50
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES	86.959,60	39.377,04	47.582,56	120,84
TOTAL DE RENDIMENTOS	1.223.988,53	1.253.262,21	-29.273,68	-2,34
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	127.203,79	23.945,66	103.258,13	431,22

16



2. Execução Orçamental

Na demonstração de resultados abaixo é apresentada a comparação entre o Orçamento e o Real em 2011:

	2011		(Em euros)	
	Orçamento (a)	Real (b)	Variação (b)-(a)	%
GASTOS				
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	592.080,00	505.545,73	-86.534,27	-17,12
GASTOS COM O PESSOAL	366.680,00	372.603,01	5.923,01	1,59
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	62.200,00	56.636,69	-5.563,31	-9,82
PERDAS POR IMPARIDADE	150.000,00	94.249,96	-55.750,04	-59,15
OUTROS GASTOS E PERDAS	6.800,00	67.749,35	60.949,35	89,96
GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO				
TOTAL DE GASTOS	1.177.760,00	1.096.784,74	-80.975,26	-7,38
RENDIMENTOS				
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS				
Quotas	988.080,00	940.581,50	-47.498,50	-5,05
Jóias	4.250,00	5.237,50	987,50	18,85
Inscrições em Eventos	14.000,00	28.632,00	14.632,00	51,10
Outros Proveitos		410,82	410,82	
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	135.088,00	159.105,84	24.017,84	15,10
REVERSÕES				
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2.700,00	3.061,27	361,27	11,80
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES	66.400,00	86.959,60	20.559,60	23,64
TOTAL DE RENDIMENTOS	1.210.518,00	1.223.988,53	13.470,53	1,10
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	32.758,00	127.203,79	94.445,79	74,25

3. Situação Financeira e de Tesouraria

A Ordem continua a revelar uma boa situação financeira, com um Capital Próprio de 2.670.216,59 euros, conforme Balanço em 31 Dezembro de 2011.

A Tesouraria apresentou uma evolução positiva.

As aplicações financeiras no montante de 375.000,00 euros mantêm-se como “Outros Activos Financeiros”, uma vez que o reembolso é de longo prazo.

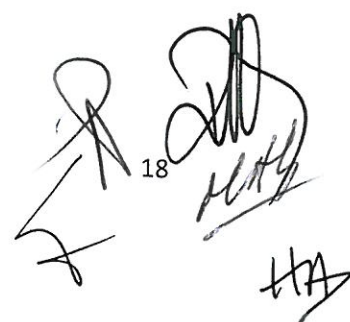


4. Investimentos

O valor dos Investimentos ascendeu a 19.785,25 euros, decomposto como segue:

	(Em Euros)
Equipamento	8.715,25
Aplicações Informáticas	11.070,00
Total Investimentos	19.785,25

18

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large signature, a smaller signature, and the initials 'HA'.

V – Resultado do Exercício

Em 2011, foi apurado um resultado positivo de 127.203,79 euros (cento e vinte sete mil duzentos e três euros e setenta e nove cêntimos).

Tal como em anos anteriores, propõe-se que o resultado do exercício seja transferido para o Fundo Associativo.

Lisboa, 7 de Março de 2012

A Direcção

Rui Soares Antunes

Adm. P.º

 João Afonso

Helena Adega

Demonstrações Financeiras

Balanço
a 31-12-2011
(montantes em euros)

Ordem dos Economistas

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2011	31-12-2010
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	123.747,34	143.680,29
Activos intangíveis	5	87.602,34	101.087,06
Outros activos financeiros	6	375.000,00	495.000,00
		586.349,68	739.767,35
Activo corrente			
Accionistas/sócios	7	120.569,75	172.215,35
Outras contas a receber	8	34.944,27	55.629,68
Diferimentos	9	10.279,54	8.515,54
Outros activos financeiros	6	214.382,15	1.078,41
Caixa e depósitos bancários	10	1.848.218,68	1.701.224,69
		2.228.394,39	1.938.663,67
Total do activo		2.814.744,07	2.678.431,02
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Fundo Associativo	11	2.543.012,80	2.523.199,37
Resultado líquido do período		127.203,79	19.813,43
Total do capital próprio		2.670.216,59	2.543.012,80
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores		33.111,61	35.436,26
Estado e outros entes públicos	12	15.878,63	18.628,86
Outras contas a pagar	13	93.537,24	77.220,87
Diferimentos	9	2.000,00	4.132,23
		144.527,48	135.418,22
Total do passivo		144.527,48	135.418,22
Total do capital próprio e do passivo		2.814.744,07	2.678.431,02

Direcção

[Assinatura]

Adm. L. p. m.
Yolvi Ah

[Assinatura]
Helena Adega

Técnico Oficial de Contas Nº 37322

[Assinatura]

Demonstração dos Resultados por Naturezas
período de 2011
(montantes em euros)

Ordem dos Economistas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2011	31-12-2010
Vendas e serviços prestados	14	974.861,82	1.014.307,71
Subsídios à exploração	15	159.105,84	184.315,17
Fornecimentos e serviços externos	16	(505.545,73)	(636.972,67)
Gastos com o pessoal	17	(372.603,01)	(371.708,77)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	(94.249,96)	(140.189,01)
Outros rendimentos e ganhos	19	90.020,87	50.507,10
Outros gastos e perdas	20	(67.749,35)	(24.917,83)
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos		183.840,48	75.341,70
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	(56.636,69)	(55.528,27)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		127.203,79	19.813,43
Resultado antes de impostos		127.203,79	19.813,43
Resultado líquido do período		127.203,79	19.813,43

Direcção

Rui Beas Santo

Adm. P.º

Mário A.

[Assinatura]

Helena Adega

Técnico Oficial de Contas Nº 37322

[Assinatura]

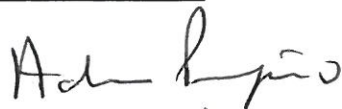
Demonstração dos Fluxos de Caixa
período de 2011
(montantes em euros)

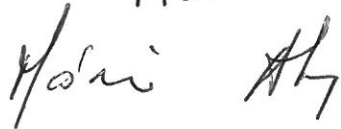
Ordem dos Economistas

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		31-12-2012	31-12-2010
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de associados		1.141.291,15	998.051,41
Pagamentos a fornecedores		539.213,05	590.666,32
Pagamentos ao pessoal		372.045,53	276.753,47
Caixa gerada pelas operações		230.032,57	130.631,62
Outros recebimentos/pagamentos		(56.909,19)	(107.764,52)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		173.123,38	22.867,10
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Activos fixos tangíveis</i>		8.715,25	9.628,95
<i>Activos intangíveis</i>		11.070,00	55.647,21
Recebimentos provenientes de:			
<i>Juros e rendimentos similares</i>		86.959,60	39.377,04
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		67.174,35	(25.899,12)
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Juros e gastos similares</i>			32,70
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)			(32,70)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		240.297,73	(3.064,72)
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.702.303,10	1.705.367,82
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.942.600,83	1.702.303,10

Direcção











Técnico Oficial de Contas Nº 37322



2

Anexo às Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras

1. Identificação da entidade

A Ordem dos Economistas, sediada na Rua da Estrela, n.º 8, 1200-669 Lisboa, é uma associação profissional de direito público, constituída pelo Decreto-Lei nº 174/98, de 27 de Junho, visando a valorização profissional dos Economistas, sendo assim a entidade que disciplina, salvaguarda os valores e cria as condições de enquadramento e valorização técnico-profissional destes profissionais.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada; as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

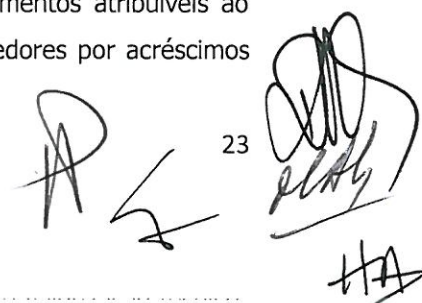
- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimos)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos

23



de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2011 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

3.Principais políticas contabilísticas, estimativas e julgamentos relevantes

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transacções em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transacção para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de “Juros e rendimentos similares obtidos” se favoráveis ou “Juros e gastos similares suportados” se desfavoráveis, quando relacionados com

financiamentos obtidos/concedidos, ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transacções.

- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, de acordo com as taxas das tabelas anexas ao Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Edifícios e outras construções, 5 a 50

Equipamento administrativo, 3 a 10

Ferramentas e Utensílios, 5 a 8

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de activos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do activo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respectivamente.

- Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado entre três e seis anos. Não é considerada qualquer quantia residual.

Se existe algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a amortização desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil: Software, 3 a 6 anos.

2

- Imposto sobre o rendimento

A Ordem dos Economistas, encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º CIRC.

- Outros valores a receber

As contas de "Outros valores a receber" encontra-se reconhecida pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito proveniente das prestações de serviços (jóias, quotas, inscrições em eventos e outros) apenas é reconhecido quando: i) são emitidas para cobrança (periodicidade anual ou semestral), ii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, iii) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a entidade e (iv) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

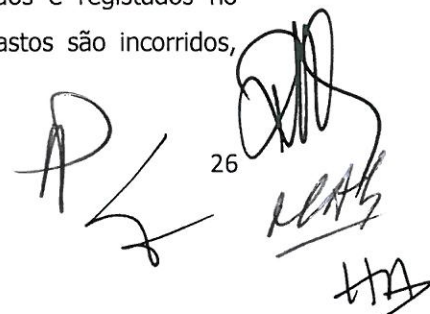
As prestações de serviços são reconhecidas pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo, pelo que são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de "Diferimentos" ou "Outras contas a pagar ou a receber". Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

26



- Julgamentos e Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumptões efectuadas pela Direcção foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receberem.

De forma consistente com os exercícios anteriores, o valor das perdas por imparidade nas dívidas dos associados corresponde ao total dessas dívidas até ao final do exercício anterior.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

4. Activos fixos tangíveis

(em euros)

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Outros AFT	TOTAL
Valor bruto no início	10.599,46	97.377,85	408.905,52	52.680,45	569.563,28
Depreciações acumuladas		72.203,87	334.170,83	19.508,29	425.882,99
Saldo no início do período	10.599,46	25.173,98	74.734,69	33.172,16	143.680,29
Variações do período		(964,54)	(18.648,70)	(319,71)	(19.932,95)
Total de aumentos			8.715,25		8.715,25
Outras aquisições			8.715,25		8.715,25
Total diminuições		964,54	30.797,72	319,71	32.081,97
Depreciações do período		964,54	30.797,72	319,71	32.081,97
Outras transferências			3.433,77		3.433,77
Saldo no fim do período	10.599,46	24.209,44	56.085,99	32.852,45	123.747,34
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>10.599,46</i>	<i>97.377,85</i>	<i>422.771,17</i>	<i>52.680,45</i>	<i>583.428,93</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>		<i>73.168,41</i>	<i>366.685,18</i>	<i>19.828,00</i>	<i>459.681,59</i>

28

Outras Divulgações:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Terrenos e recursos naturais	Custo de aquisição			
Edifícios e outras construções	Custo de aquisição	Linha recta	5 a 50 anos	2 a 20
Equipamento administrativo	Custo de aquisição	Linha recta	3 a 10 anos	10 a 33,33
Outros activos fixos tangíveis	Custo de aquisição	Linha recta	5 a 8 anos	12,5 a 20

29

5. Activos intangíveis

(em euros)

Descrição	Programas de computador	Propriedade industrial	TOTAL
TOTAIS ACTIVOS INTANGÍVEIS			
<i>Valor bruto total no fim do período</i>	241.695,46	1.444,33	243.139,79
<i>Amortizações acumuladas totais no fim do período</i>	155.537,45		155.537,45
VIDA ÚTIL INDEFINIDA			
Valor bruto no início		1.444,33	1.444,33
Saldo no início do período		1.444,33	1.444,33
Valor líquido no fim do período		1.444,33	1.444,33
VIDA ÚTIL DEFINIDA			
Valor bruto no início	230.625,46		230.625,46
Amortizações acumuladas	130.982,73		130.982,73
Saldo no início do período	99.642,73	1.444,33	101.087,06
Variações do período	(13.484,72)		(13.484,72)
Aquisições em primeira mão	11.070,00		11.070,00
Total de aumentos	11.070,00		11.070,00
Amortizações do período	24.554,72		24.554,72
Total diminuições	24.554,72		24.554,72
Saldo no final do período	86.158,01	1.444,33	87.602,34

30

HA

Outras Divulgações:



Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Programas de computadores	Custo aquisição	Linha recta	3 a 6 anos	16,66 - 33,33
Propriedade industrial	Custo aquisição		não definida	0

6. Investimentos Financeiros

A entidade tem aplicado num produto financeiro com vencimento em 28 de Setembro 2015 o montante total de 375.000,00 euros e em 2 aplicações de curto prazo o montante de 214.382,15 euros.

7. Associados

Em 31 de Dezembro de 2011 a rubrica associados apresentava o valor líquido de 120.569,75 euros, relativamente a:

7.1 Quotas em Dívida

(em euros)

Controlo de Cobrança de Quotas			
Ano	Quotas Emitidas	Quotas Cobradas	Quotas em Dívida
2011	940.581,50	812.272,38	128.309,12
2010	181.351,11	87.101,15	94.249,96
2009	128.157,03	59.728,38	68.428,65
2008	98.899,78	47.759,24	51.140,54
2007	54.575,62	27.766,71	26.808,91
2006	40.065,16	22.738,27	17.326,89
2005	31.131,99	20.038,04	11.093,95
2004	25.066,46	18.212,49	6.853,97
2003	20.342,03	17.149,89	3.192,14
2002	17.078,02	16.551,29	526,73
2001	13.278,56	13.263,59	14,97
2000	10.046,46	10.046,46	-
1999	4.632,49	4.632,49	-
Total	1.565.206,21	1.157.260,38	407.945,83

7.2 O valor relativo a *perdas por imparidade acumuladas* de dívidas a receber ascendia a (279.636,71) euros, com os respectivos movimentos no ano 2011:

(em euros)

Perdas por Imparidade	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Dívidas de Terceiros:				
Associados	443.196,60	94.249,96	-257.809,95	279.636,61
Total	443.196,60	94.249,96	-257.809,95	279.636,61

7.3 O valor relativo a saldos a favor dos sócios ascendia a (7.679,51) euros e de transferências por identificar a (59,86) euros.

8. Outras contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2011 a rubrica Outras contas a receber apresentava o valor de 34.944,27 euros, relativos a:

- Devedores por acréscimos de rendimentos – Juros a Receber - 30.884,27 euros
- Devedores Diversos - 4.060,00 euros

9. Diferimentos

Activo - 10.279,54 euros

Diferimentos representativos de gastos de 2012, pagos em 2011:

- Rendas: 1.433,31 euros;
- Licenças de Software: 7.698,54 euros;
- Seguros: 588,25 euros
- Outros: 559,44 euros

Passivo - 2.000,00 euros

- Diferimentos representativos de eventos a realizar no ano 2012.

32

10. Caixa e depósitos bancários

(em euros)

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	4.232,01	23.857,17	24.499,06	3.590,12
Depósitos à ordem	73.192,68	3.790.660,93	3.773.025,05	90.828,56
Outros depósitos bancários	1.623.800,00	2.260.000,00	2.130.000,00	1.753.800,00
Total	1.701.224,69	6.074.518,10	5.927.524,11	1.848.218,68

11. Fundo Associativo

O Fundo Associativo no montante de 2.543.012,80 euros, decompõe-se da seguinte forma:

(em euros)

Descrição	Valor
Fundo Associativo até 1997-Ex-APEC	368.288,02
Aplicação dos resultados de 1997	68.875,40
Aplicação dos resultados de 1998	18.862,70
Aplicação dos resultados de 1999	-25.686,21
Aplicação dos resultados de 2000	234.397,07
Aplicação dos resultados de 2001	363.449,40
Aplicação dos resultados de 2002	516.956,22
Aplicação dos resultados de 2003	271.443,82
Aplicação dos resultados de 2004	47.856,00
Aplicação dos resultados de 2005	75.191,12
Aplicação dos resultados de 2006	4.886,41
Aplicação dos resultados de 2007	107.243,82
Aplicação dos resultados de 2008	310.728,44
Aplicação dos resultados de 2009	160.707,16
Aplicação dos resultados de 2010	19.813,43
Total	2.543.012,80

12. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2011 a rubrica *Estado e outros entes públicos* apresentava as seguintes quantias (passivo):

(em euros)

Descrição	Saldo Credor	Saldo Credor Período Anterior
Retenção de impostos sobre rendimentos	5.504,92	4.889,10
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	3.770,00	7.693,53
Contribuições para a Segurança Social	6.603,71	6.046,23
Total	15.878,63	18.628,86

13. Outras contas a pagar

As outras *Contas a pagar* no montante de 93.537,24 euros incluem:

- (5.150,40 euros) relativos a fornecedores de investimentos;
- (71.798,29 euros) de *Credores por acréscimos de gastos*, relativos a direitos adquiridos por trabalho prestado (férias e subsidio de férias) em 2011 e a liquidar em 2012 (50.465,98 euros) e relativos a outros credores por acréscimos de gastos (21.332,31euros);
- (16.588,55 euros) relativos a credores diversos.

14. Prestações de serviços (em euros)

Anos	2011	2010
Quotas, Jóias, Inscrições em Eventos	974.861,82	1.014.307,71

15. Subsídios de Outra Entidades (em euros)

Anos	2011	2010
Subsídios e Patrocínios Obtidos	159.105,84	184.315,17

34



16. Fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	(em euros)
		V. Período Anterior
Trabalhos especializados	103.878,23	180.186,81
Publicidade e propaganda	31.374,05	45.443,95
Vigilância e segurança	363,52	149,06
Honorários	151.641,98	163.298,48
Conservação e reparação	5.972,18	3.385,97
Outros	8.181,36	11.179,16
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.943,51	1.048,74
Livros e documentação técnica	8.587,52	13.517,00
Material de escritório	16.837,52	27.767,55
Artigos para oferta	2.962,17	1.172,78
Outros		125,10
Electricidade	8.554,80	8.788,19
Água	1.147,35	1.334,58
Deslocações e estadas	14.517,05	14.245,85
Outros	472,30	249,21
Rendas e alugueres	39.126,61	18.904,09
Comunicação	35.747,31	67.540,97
Seguros	226,96	265,23
Contencioso e notariado	11,96	
Despesas de representação	218,49	2.062,57
Limpeza, higiene e conforto	13.531,28	11.761,43
Outros serviços	60.249,58	64.545,95
Total	505.545,73	636.972,67

35

HAH

17. Gastos com o pessoal

Descrição	(em euros)	
	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	372.603,01	371.708,77
Remunerações do pessoal	303.190,13	302.348,43
Encargos sobre as remunerações	58.850,93	55.191,27
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	9.578,56	12.304,26
Outros gastos com o pessoal	983,39	1.864,81

O número médio de colaboradores da entidade ao longo do ano, e o número no período findo em 31 de Dezembro, foi de:

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº Médio de Pessoas no Período Anterior
Pessoas ao serviço da Ordem	16	15
Pessoas remuneradas	16	15

18. Imparidades de dívidas a receber

As perdas por imparidade em dívidas a receber relativas a associados ascenderam no exercício de 2011 a 94.249,96 euros.

De forma consistente com os exercícios anteriores, o valor dos ajustamentos de dívidas a receber de associados reflecte o valor das dívidas de associados até ao final do ano de 2010.

Descrição	(em euros)	
	Perdas por Imparidade Período	Perdas por Imparidade Período Anterior
Outras dívidas a receber	94.249,96	140.189,01

36

HA

19. Outros rendimentos e ganhos

Os Outros rendimentos no montante de 90.020,87 euros, incluem os rendimentos suplementares com a sublocação à Câmara de Comércio Luso-Britânica na quantia de 2.690,52 euros e correcções relativas a períodos anteriores de 370,75 euros.

Juros obtidos de depósitos a prazo, os quais ascenderam no exercício de 2011 a 86.959,60 euros, comparativamente com 39.377,04 euros obtidos no ano anterior.

20. Outros gastos e perdas

Os valores registados em Outros gastos e perdas no valor de 67.749,35 euros, relacionam-se com impostos 55,20 euros; dívidas incobráveis (quotizações) 53.319,71 euros; correcções de exercícios anteriores 9.443,70 euros; donativos 750,00 euros; quotizações 2.500 euros e outras perdas não especificadas 1.680,74 euros.

21. Gastos/reversões de depreciação e amortização

Foram registados em depreciações 32.081,97 euros e em amortizações 24.554,72 euros, totalizando 56.636,69 euros, conforme quadros anexos:

(em euros)

Depreciações - Activos fixos tangíveis	Terrenos	Edifícios e Outras Construções	Ferramentas e Utensílios	Administrativo	Outros	Total
Depreciações acumuladas iniciais	-	72.203,87	74,31	334.170,83	19.433,98	425.882,99
Transferências				1.716,63		1.716,63
Depreciações do exercício		964,54	4,25	30.797,72	315,46	32.081,97
Depreciações acumuladas finais	-	73.168,41	78,56	366.685,18	19.749,44	459.681,59

Amortizações - Activos intangíveis	Programas de Computador	Total
Amortizações acumuladas iniciais	130.982,73	130.982,73
Adições		-
Amortizações	24.554,72	24.554,72
Amortizações acumuladas finais	155.537,45	155.537,45

37

22. Data de autorização para emissão

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 foram aprovadas pela Direcção em 7 de Março de 2012.

Direcção

Rui Beas Santo

Adm. P.rio

Yolvi Ah

[Signature]

Helena Adega

[Signature]
TOC

Conselho Fiscalizador de Contas
Parecer sobre o Relatório e as Contas de 2011

Em cumprimento do Estatuto da Ordem dos Economistas, apresentamos Relatório da nossa actividade e Parecer sobre o Relatório e Contas apresentado pela Direcção da Ordem dos Economistas, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

Analisámos os documentos apresentados pela Direcção, designadamente o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os respectivos anexos, nomeadamente o Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados.

Foram-nos prestados, quer pela Direcção quer pelos serviços, todos os esclarecimentos solicitados.

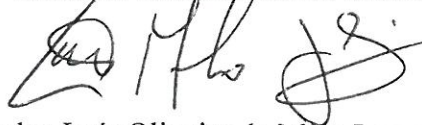
Em resultado dos exames efectuados, é nossa convicção que o relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pela Direcção satisfazem as disposições estatutárias.

Tendo por base as verificações efectuadas, somos de parecer:

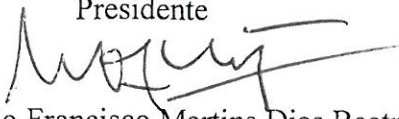
- 1 - Que sejam aprovados o Relatório e as Contas apresentados pela Direcção, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.
- 2 - Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Direcção.

Lisboa, 8 de Março de 2012

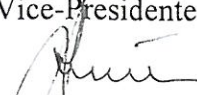
O Conselho Fiscalizador de Contas



Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro
Presidente



Rogério Francisco Martins Dias Beatriz
Vice-Presidente



Joaquim António Pinto de Matos
Vogal